

FH minimiza distribuição de renda

Presidente cria polêmica ao afirmar que diminuição da pobreza é mais importante do que redução das desigualdades

João Paulo Engelbrecht

LUIZA XAVIER E
NICE DE PAULA

O presidente Fernando Henrique Cardoso abriu nova polêmica ontem ao afirmar que “a questão-chave nos países em desenvolvimento não é a distribuição de renda e sim a diminuição da pobreza”. Para ele, há países em que a desconcentração da renda não significou a redução da pobreza. “Não quero especificar, porque sou presidente, e não posso dar exemplos, mas, disse Fernando Henrique, durante palestra na abertura da 3ª Conferência Anual para o Desenvolvimento Global, promovida pelo Banco Mundial (Bird), num hotel da Zona Sul do Rio.

Na avaliação do presidente, “a concentração de renda é uma coisa enganosa”: “O ideal seria haver ao mesmo tempo diminuição da pobreza e da concentração de renda”. Em resposta a perguntas feitas por pesquisadores de diversos países, que participaram da conferência, Fernando Henrique disse que no caso brasileiro “houve uma pequena desconcentração de renda e uma forte diminuição da pobreza, com o fim da inflação”.

De acordo com ele, a estabilidade econômica produziu uma redução de quase 20 pontos percentuais na linha de pobreza brasileira. O presidente também citou programas como Bolsa-Escola como um dos que contribuíram para a diminuição do número de pobres no país.

Duas opções – O chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Marcelo Neri, concorda que é importante reduzir a pobreza, mas acredita que esse processo deve ser acompanhado de uma melhor



distribuição de renda. “Só há duas maneiras de combater a pobreza, crescer ou distribuir renda. Mas não é possível nem desejável crescer com os níveis de desigualdade atual”, afirma.

Isso porque os efeitos nocivos da desigualdade comprometem os resultados positivos da expansão econômica. “Há uma série de fenômenos resultantes de desigualdades que contaminam a prosperidade da economia, como a violência e a instabilidade política, que pode ser pernicioso ao crescimento. Além disso, esse modelo de crescimento que não diminui a desigualdade acaba não priorizando a educação”, avalia.

O secretário municipal de Trabalho de São Paulo, Márcio Pochmann, estranhou as declarações do presidente. “É esquisito esse tipo de avaliação porque o Brasil tem uma renda per capita de país de renda média. Se

ela fosse melhor distribuída, dois terços dos problemas de pobreza estariam resolvidos”, diz. Para Pochmann, o combate à miséria e à desigualdade precisam ser simultâneos. “Não há como reduzir pobreza sem fazer distribuição de renda”, diz.

Já o professor do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec) e ex-diretor do Banco Central (BC) Carlos Thadeu de Freitas concorda com o presidente. “No mundo moderno, não há como fazer distribuição de renda. Se tributar o capital, ele foge. Se aumentar impostos dos bens de consumo dos ricos, gera desemprego e prejudica justamente os mais pobres”, pondera.

Mínimo e IR – Num momento em que estão sendo discutidos no Congresso o reajuste do salário mínimo e a correção da tabela do Imposto de Renda, o presidente Fernando Henrique

“A questão-chave nos países em desenvolvimento não é a distribuição de renda e sim a diminuição da pobreza”

“Há países em que a renda melhorou e todos empobreceram. E outros, em que aumentou a concentração de renda, mas todos melhoraram”

Fernando Henrique Cardoso,
Presidente da República

Cardoso afirmou que não há mágica para se fazer um orçamento nacional. “A aritmética é a mesma em todos os países. Se gastar mais do que arrecada, haverá déficit. Se houver déficit é preciso financiá-lo”, disse.

A declaração do presidente foi um recado a parlamentares que defendem um mínimo superior a R\$ 200. Fernando Henrique ressaltou, no entanto, que os déficits também são necessários e que “em certas condições” são produzidos para reativar a economia.

Alca – O presidente Fernando Henrique Cardoso também afirmou que o *fast track* (mecanismo que dá plenos poderes ao governo dos Estados Unidos nas negociações de comércio exterior), nas condições em que foi aprovado pela Câmara dos Estados Unidos, inviabiliza a implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).